

Sindicato dos Bancos vê quebra nas leis de mercado

“A solução cabocla não será compreendida por qualquer banco de outro país”. Esta foi a reação do Presidente do Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro, Theóphilo Azeredo Santos, ao comentar a decisão da Constituinte sobre o limite de 12% ao ano para as operações de crédito. Segundo ele, em nenhum lugar do mundo existe lei para juros, muito menos o assunto é tratado na Constituição. “A tradição nacional e internacional é sempre contrária a que os juros sejam regulados por leis”, comentou Theóphilo.

Isto porque, explicou, as taxas cobradas pelas instituições dependem do custo de captação de recursos, que varia de acordo com as leis de mercado e difere de uma instituição para outra. Os bancos estaduais, por exemplo, têm custo mais elevado do que as instituições privadas. Se estes bancos forem obrigados a diminuir os juros dos créditos concedidos, terão em contrapartida que reduzir as taxas pagas aos investidores para captar recursos, o que poderá trazer dificuldades. O Presidente do Sindicato dos Bancos ressaltou ainda que, na verdade, é o Governo que estabelece os juros do mercado, através da política monetária.

‘A decisão é inócua e só estimula a burla’

“É inócua querer regular o mercado através de decretos. O mais válido é fixar regras menos rígidas para o setor financeiro. Se os bancos forem proibidos de participar de outras atividades além das financeiras, a saída jurídica será a constituição de uma holding através da qual poderão participar de qualquer outra atividade. No caso da fixação de um teto máximo para cobrança de juros, o assunto não deveria ter sido objeto de apreciação da Constituinte e poderia ser legislado em matéria ordi-

nária, inclusive porque já existe uma lei de usura.

“Quando há demanda elevada por crédito, o que não ocorre hoje, há cobrança de taxa nominal mais baixa que na realidade se eleva através de mecanismos como a exigência de reciprocidades. As taxas devem ser ditadas pelo mercado e o que pode ser feito para impedir grandes elevações é aumentar a oferta de recursos. Isso seria possível com a diminuição das exigências feitas hoje para a constituição de novos bancos. O nível atual de exigência, inclusive de

patrimônio, é excessivamente alto. Em relação à atuação dos bancos oficiais, historicamente esses bancos têm servido mais a interesses políticos de governadores do que para fomentar atividades produtivas e de serviços. Tanto que vários bancos oficiais estão endividados, causando prejuízo ao Tesouro em função de sua má utilização”.

Harold Thau, analista de mercado, diretor da Técnica Assessoria de Mercado de Capitais e Empresarial Ltda